

Luiz Felipe B. Curi, *Entre a História e a Economia. O pensamento econômico de Roberto Simonsen*, São Paulo, Alameda, 2015 (330 págs.), ISBN 978-85-79393-37-2

O estudo das ideias econômicas no Brasil tem atraído o interesse crescente de analistas de diversas áreas das ciências sociais. Das disputas comerciais do fim da era colonial às controvérsias da política econômica hodierna, ao debate econômico travado durante a primeira metade do século XX reserva-se justificado lugar de destaque.

Nesse contexto, faz-se notória a trajetória de Roberto Simonsen, personagem cujas atividades empresarial, política e intelectual já foram objeto de análise de inúmeros trabalhos. Não obstante a profusão de obras que se dispuseram a esquadriñar seus feitos, a relevância de seu legado autoriza contribuições originais. É nessa lacuna que se encaixa a oportuna obra de Luiz Felipe Curi, cujo texto ágil e rigoroso envolve o leitor em suas mais de trezentas páginas.

Ao “buscar traços de um pensamento econômico que se possa chamar de brasileiro” (p. 23), o autor sistematiza historicamente as ideias econômicas de Simonsen do ponto de vista cronológico. Como pano de fundo, expõe dois planos que se entrelaçam: de um lado, as conjunturas política e econômica das quatro primeiras décadas do século XX; de outro, o pensamento do personagem em tela, cuja evolução pode ser dividida em duas fases.

No início de sua carreira profissional, as ideias econômicas de Simonsen foram forjadas com base no senso prático. Engenheiro e empresário, discorria acerca de questões ligadas ao cotidiano do universo industrial, como a administração da produção e a organização científica do trabalho. Influenciado pela aura de modernização que envolvia a sociedade brasileira desde pelo menos o advento republicano, atinha-se mais a técnicas e possibilidades de aumento da produtividade do que a questões macroeconômicas propriamente ditas.

Já em sua fase de maturidade intelectual, Simonsen -que, além de empresário e representante classista, já havia experimentado a vida pública ao eleger-se deputado e, posteriormente, integrando os conselhos técnicos criados na burocracia do Estado Novo- tornou-se o principal defensor da industrialização de sua época.

Para examinar o pensamento de Simonsen, Curi se utiliza de fontes primárias -documentos, relatórios, artigos na imprensa, discursos, entre outros- o que, por si só, responde por parte do mérito da obra. As nuances de seu pensamento são mais bem elucidadas, porém, através da análise de seus livros e artigos publicados, muitos dos quais utilizados nos cursos que ministrou na Escola Livre de Sociologia e Política a partir de 1936. Se o diferencial do pensamento de Simonsen reside no método histórico por ele empregado, justifica-se o empenho em perscrutar sua obra histórica.

A primeira singularidade a partir da qual se desenrola sua interpretação era a noção de que o Brasil fora formado a partir de fora (p. 22). O fato de o centro dinâmico da economia brasileira encontrar-se nos países centrais importadores de bens primários aumentava a

vulnerabilidade do país em relação aos ciclos inerentes às economias capitalistas. A única forma de superar essa condição de dependência seria, na visão de Simonsen, através da industrialização, processo que beneficiaria toda a sociedade brasileira, não apenas sua burguesia industrial: “interesses da indústria equivalem aos interesses da nação” (p. 85). Eis a primeira, e mais relevante, causa de Roberto Simonsen.

Muito embora não fosse uma bandeira exatamente original, as minúcias de sua luta pela industrialização é que lhe conferiram lugar de destaque. Uma particularidade de seu pensamento digna de nota foi a sua defesa do desenvolvimento harmônico da economia brasileira. Simonsen não minimizava a importância histórica do setor primário; antes, pregava que a organização do trabalho e racionalização produtiva também se estendessem ao campo como forma de aumentar a produtividade da lavoura. Nesse sentido, a famigerada vocação agrária do país não era um futuro do qual não se poderia desvencilhar, sendo apenas “parte de um processo histórico que tinha suas raízes na colonização” (p. 147). Atividade de relevância precípua, deveria ser incentivada através de políticas públicas específicas, desde que subordinada aos interesses da indústria.

A partir dessa premissa é que se desenvolveria a segunda grande causa defendida por Simonsen, afamada pelo debate travado com Eugenio Gudín nos anos 1940: o planejamento. Tal tipo de intervenção do poder público -cuja natureza de sua operacionalização o define como uma incumbência forçosamente estatal-, atuaria, em um primeiro momento, no sentido de atenuar as incertezas imanentes aos ciclos econômicos. Além disso, o planejamento econômico auxiliaria no balizamento das expectativas do empresariado, cuja decisão de investimento se retrai em quadro de flutuação excessiva. Para refutar a pecha de estatizante, Simonsen afirmava tratar-se apenas de “uma técnica, não uma forma de governo” (p. 276).

Para embasar, e legitimar, sua posição, Simonsen valeu-se da obra de inúmeros autores estrangeiros. A análise da influência desses economistas e *policymakers* sobre a formação e a evolução de seu pensamento consiste, a meu ver, no ponto alto da obra de Luiz Felipe Curi.

A absorção da teoria econômica gerada nos países centrais não era um expediente especificamente novo no Brasil. Mas além da difusão de novos autores desconhecidos do grande público no país, Simonsen adaptou aquele conhecimento técnico à realidade da economia brasileira pré-industrialização de forma eclética. Sem aderir a uma única escola de pensamento, criou seu próprio edifício argumentativo em prol de suas causas.

No debate referente à assinatura do tratado de comércio com os Estados Unidos, de 1935, Simonsen opôs-se ferrenhamente ao que alegava ser uma afronta aos interesses da indústria brasileira. Para tanto, evocou a teoria (e a experiência prática) protecionista de diversos autores (e países), como os alemães Friederich List, Karl Rodbertus e Adolph Wagner, do romeno Mihail Manoilescu e do russo Wladimir Woytinsky. A despeito das especificidades da fundamentação de cada um, larga e individualmente analisada por Curi, Simonsen apropriava-se da síntese comum a todos eles: engenhosamente protegido, o setor industrial auferiria maior produtividade do que a agricultura, resultando em vazamentos positivos para toda a sociedade (p. 202).

Simonsen não pregava a autarquia, defendia apenas o protecionismo baseado na técnica, tal qual fizera a maioria dos países àquela época industrializados. Resignado em relação ao capital estrangeiro, por ele considerado uma “uma inevitabilidade histórica”, ponderava que a única forma de remunerar o investimento forâneo seria através da industrialização.

Tampouco atentava contra a organização da economia de mercado. Ao Estado caberia, apenas e tão somente, regular, balizar e fomentar o desenvolvimento, tarefas indissociáveis do planejamento econômico. Assim, considerando o itinerário histórico por que passara o Brasil, a industrialização e o planejamento é que permitiriam ao país “transgredir as leis econômicas que supostamente governariam o desenvolvimento econômico” (p. 274).

Todavia, a seriedade do trabalho de Curi não o isenta de elementos para o leitor que quiser ponderá-los com maior detença. A deferência com que o autor outorga a Roberto Simonsen o epíteto de “intérprete do Brasil” (p. 21, 65) permite alguma objeção. A despeito da análise detalhada (alicerçada em levantamentos de dados originais) e de sua sabida contribuição a diversos autores consagrados que o sucederam (como Caio Prado Junior e Celso Furtado), a obra de Simonsen dificilmente poderia ser elencada como uma interpretação do Brasil no sentido estrito do termo. Além da temática focalizada, seu trabalho talvez não tenha alçado determinado nível de sistematização sob os auspícios da moderna cultura das ciências sociais.

Além disso, a referência apenas *en passant* a a(u)tores brasileiros que havia muito já defendiam ideias próximas às de Simonsen autoriza o entendimento de que este pouco aproveitou-se do vasto conhecimento que já circulava pelo país através da pena de seus contemporâneos. É nesse sentido que se faria interessante qualificar a problemática exposta apenas na conclusão do livro. Por exemplo, a busca por elementos correlatos em obras de personagens que o antecederam corrobora sua própria linha de argumentação: a formação de um pensamento que se possa chamar de nacional -a “ideologia desenvolvimentista”, um fenômeno eminentemente brasileiro- não surgiu da formulação dos intelectuais da Aliança Liberal, tampouco como resposta *ex-post* à crise dos anos 1930. Moldado pelas diferentes conjunturas no transcorrer do tempo, o desenvolvimentismo, do qual Simonsen não foi exatamente um pioneiro, mas um inequívoco patrocinador em sua fase exordial, surgiu como fruto de um processo histórico de absorção, geração e acumulação de ideias, saberes e políticas.

Trata-se, contudo, de pormenores que não se sobressaem diante da solidez da obra. O trabalho de Curi, pelo fôlego da pesquisa e pelo rigor da análise, contribui de forma patente para o aprofundamento da temática, refletindo o estado da arte da pesquisa acadêmica sobre o pensamento econômico no Brasil. *Entre a História e a Economia. O pensamento econômico de Roberto Simonsen* torna-se, assim, leitura obrigatória para os interessados na formação de um pensamento econômico na periferia do sistema capitalista do início do século XX.

Ivan Colangelo Salomãoⁱ
ivansalomao@gmail.com

ⁱ Professor Adjunto do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE-UFRGS) e do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGE-UFRGS).